

DESPACHO

Em resposta ao despacho DGCL (3073823) a Superintendência de Tecnologia da Informação - STI informa:

DATAINFO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

1 - O vínculo dos profissionais que irão prestar os serviços não se restringe apenas a contratação CLT, está correto nosso entendimento?

Os vínculos aceitos estão descritos no item I.3.3 - Comprovação da aptidão dos profissionais da contratada - do Anexo VII do Edital - sendo somente um dos seguintes:

- a. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS).
- b. Ficha de registro de empregado (RE), devidamente registrada.
- c. Contrato vigente de prestação de serviços entre a empresa e a pessoa física do profissional.
- d. Estatuto ou contrato social do prestador de serviços (no caso de sócio da empresa).

Entendemos, portanto, que vínculos em que o profissional que tenha formatação jurídica própria (Eireli, MEI, Empresário Individual), com o respectivo CNPJ - não são aceitos.

2 - O escopo objeto deste Edital, trata-se de nova contratação, ou continuidade de execução de uma demanda ou contrato já existente, em vias de encerramento? Neste último caso, poderiam nos informar qual o número do contrato em execução?

Trata-se de continuidade de contrato existente - que será encerrado em 03 de agosto de 2022. CT N° 037/2019 - CT SIAD N° 9218735 - Capgemini Brasil S/A.

3 - Caso exista contrato com objeto igual ou similar em execução, qual o número de profissionais?

A fábrica hoje contratada tem cerca de 50 profissionais com dedicação exclusiva ao MPMG, entre os diversos papéis do edital. Ainda são usados outros profissionais - não exclusivos ao contrato - para demandas pontuais.

4 - Com relação ao local de prestação de serviços, o Termo de Referência indica que pode ocorrer de forma presencial ou remota. Qual a perspectiva diante desta situação?

O MPMG hoje opera com a fábrica de software em modalidade remota.

1 - Com relação a comprovação de qualificação técnica, o edital nos diz que devemos comprovar 39.000 USTs em um período de 12 meses, permitindo a soma de atestados. Questionamos se os atestados podem ser de períodos diferentes ou precisam ser concomitantes?

Entendemos que devam ser em período concomitante - para se comprovar capacidade de atendimento à demanda.

2 - Serão aceitos, exclusivamente, como forma de comprovar a experiência nas tecnologias indicadas na qualificação técnica, atestados na métrica posto de trabalho?

Conforme item 4.1.1.1 – Para fins da comprovação das USTs exigidas nos atestados, serão aceitos atestados em pontos de função (PF), considerando, para efeito de conversão, a proporção de 1 (um) PF para 10 (dez) USTs. Da mesma forma, serão aceitos atestados em horas, horas de serviço técnico (HST) ou unidades equivalentes. Neste caso, a proporção será de 1:1 (um para um).

A métrica de posto de trabalho deverá ser convertida em horas para seu aceite.

3 - Com relação a equipe de profissionais, dentre as opções de comprovação de vínculo, o edital permite a apresentação de "contrato vigente de prestação de serviços entre a empresa e a pessoa física do profissional". Podemos considerar que será permitido profissional que tenha formatação jurídica própria (Eireli, MEI, Empresário Individual), com o respectivo CNPJ?

Os vínculos aceitos estão descritos no item I.3.3 Comprovação da aptidão dos profissionais da contratada do Anexo VII do Edital - sendo um dos seguintes:

- a. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS).
- b. Ficha de registro de empregado (RE), devidamente registrada.
- c. Contrato vigente de prestação de serviços entre a empresa e a pessoa física do profissional.
- d. Estatuto ou contrato social do prestador de serviços (no caso de sócio da empresa).

Entendemos, portanto, que vínculos em que o profissional que tenha formatação jurídica própria (Eireli, MEI, Empresário Individual), com o respectivo CNPJ - não são aceitos.

4 - O edital traz menção sobre o valor de referência, no entanto, não identificamos o valor estimado para esta contratação. Qual o valor que devemos considerar?

Solicito ao pregoeiro informar se existe a possibilidade de divulgação do mapa de preços de referência ou se esse é um dado de uso exclusivo do pregoeiro.

5 - Imaginando que os serviços contratados são continuados, questionamos se haverá um plano de transição do fornecedor anterior para o próximo fornecedor contratado, caso não seja o mesmo?

Todo o trabalho da atual fábrica de software está documentado e acompanhado por analistas de TI do MPMG.

Pretende-se caso consigamos encerrar este processo licitatório antes do encerramento do contrato atual, que possa haver transmissão de conhecimento entre as empresas. Mas dependemos dos trâmites contratuais para lograr êxito nessa estratégia.

6 - Ainda sobre o tema acima, quem é o fornecedor que atualmente atende o PGJ com serviços iguais ou similares ao desta contratação? Qual o número do contrato? Qual o número da licitação que originou tal contratação? Qual a vigência final deste contrato?

CT Nº 037/2019 - CT SIAD Nº 9218735 - Capgemini Brasil S/A - que será encerrado em 03 de agosto de 2022.

Decorrente do pedido(s) de compras SIAD nº 1091035 000005/2019, para aquisição/contratação de bens/serviços constantes da ata do registro de preço TJMG nº 05/2019, do qual a PGJ foi participante.

7 - Caso não tenha um fornecedor atual com serviços iguais ou similares desta contratação, quais os atuais fornecedores de serviços de TI que atendem o PGJ?"

No que se refere à Fábrica de Software - nos moldes dessa licitação - a empresa contratada atualmente é a Capgemini Brasil S/A.

MIRANTE TECNOLOGIA S/A

"Por gentileza, em relação ao descrito no item 4.1.1.1, que tras em seu bojo: "4.1.1.1 – Para fins da comprovação das USTs exigidas nos atestados, serão aceitos atestados em pontos de função (PF), considerando, para efeito de conversão, a proporção de 1 (um) PF para 10 (dez) USTs." Entendemos que será aceita a comprovação através de atestados de capacidade técnica que apresentem o atendimento a essa exigência também com "Pontos de Função Sustentados". Está correto o nosso entendimento?"

Os atestados deverão ser emitidos sobre trabalhos efetivamente executados. Dessa forma, entendemos não cabível a informação da estimativa de pontos de função sustentados e não efetivamente entregues.

Belo Horizonte - MG, 01 de junho de 2022

Maria Cláudia Magalhães Guatimosim
Analista do MP

Assessora da Superintendência de Tecnologia da Informação



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CLAUDIA MAGALHAES GUATIMOSIM, ASSESSOR IV**, em 01/06/2022, às 16:18, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **3074219** e o código CRC **3599DA5F**.

AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1740 6º ANDAR - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG
CEP 30170008 - www.mpmg.mp.br